

Criança e violência: educação dos pais

Pesquisas brasileiras sobre o problema mostram que os pais são responsáveis por 62,5% das agressões, enquanto as mães, 25%. Na Inglaterra, as crianças vão para famílias substitutas durante o tratamento

DE HILDA PRADO



Maria Amélia: universidades não formam profissionais capacitados para atender as crianças

porque cada uma dessas agressões implica em violência psicológica e os 9% referem-se unicamente aos casos em que não ocorreu nenhum dos outros tipos de ataque. Ele explica que os índices da violência sexual, embora mais conhecida do público por causa da mídia, são os mais subestimados.

A abordagem do problema é sempre multidisciplinar e todos os profissionais envolvidos — do bem estar social, da segurança pública, da saúde, da educação e do sistema penitenciário — são co-responsáveis pelo programa. Cada condado da Inglaterra tem um comitê especial de proteção à infância para tratar destes problemas. O comitê avalia o trabalho feito por cada grupo e decide também sobre o treinamento dado aos profissionais de cada área, mas tudo é feito em conjunto e com a participação dos pais naturais e das famílias substitutas. Nada é mantido em segredo. Tudo é discutido claramente.

A base desse trabalho é comum a todo o país, tendo como lei básica o Children Act, de 1989, e tem alcançado resultados positivos. O pressuposto básico é ajudar as crianças e reabilitar os pais. O princípio não é punir a família agressora. "Isso está fora de cogitação."

Treinamento e segurança

Todas as pessoas envolvidas no programa passam por um severo critério de avaliação de comportamento, de saúde e de antecedentes para se evitar que as crianças caiam em mãos de pessoas inadequadas. São feitas entrevistas individuais nas casas e há um treinamento. "Um dado fundamental na filosofia do programa é que todos os membros da família são responsáveis pelo atendimento da criança." O trabalho é tão rigoroso que leva um ano para se conseguir a autorização do Governo para participar do programa.

Cada família substituta pode receber no máximo três crianças independentemente da quantidade de filhos que já tenha, mas o número está subordinado às instalações da casa, pois o conforto é essencial. O Governo paga um salário por criança recebida e, se houver qualquer problema de saúde, as despesas correm por conta do Estado.

Quando é dada a autorização, a família substituta passa a ser acompanhada por dois assistentes sociais o tempo todo: um para a família e outro para a criança. "Tudo é muito bem controlado, mas em nenhum momento o tratamento é massificado. O programa preocupa-se com a individualidade da criança, leva em conta as suas características étnicas, culturais e religiosas para acomodá-las."

Preservando a família

O melhor lugar para a criança é a sua família natural. Este é o lema do Children Act e do sistema, que além de acomodar e atender profissionalmente a criança cuida dos pais agressores. Eles não são afastados dos filhos. Todos participam do programa, que se reúne para avaliação periódica, feita sob a coordenação de um profissional independente.

Quando o programa tem início, os profissionais envolvidos, a família natural, a substituta e a criança decidem juntas o plano de trabalho que será desenvolvido. O plano é revisto a cada seis meses. "Este é sempre um trabalho de longo prazo e as necessidades da criança vêm sempre em primeiro lugar. Nada é mantido em segredo. Tudo é discutido claramente."

O condado de Kent, com 1.500.000 habitantes, tem 1.600 crianças sob os cuidados do Estado e desse total 1.300 estão em lares substitutos. As outras 300 restantes estão em lares de idosos. "As maiores instituições desse tipo têm seis vagas", comenta o professor. Ruddlesden explica que na Inglaterra cabe à assistência social fazer toda a coordenação do atendimento às crianças e jovens vítimas da violência doméstica, junto com a polícia — ao contrário de países em que o médico assiste à vítima. "O médico não está preparado para proteger a criança. Esta tarefa é do assistente social."

Só para se ter uma idéia do cuidado com que o programa é executado, o assistente social e policial (sempre em traje civil) têm sempre acesso à casa e desfrutam do mesmo nível de privacidade. "O modelo é bom e permitiu que nós fechássemos instituições que eram abusivas no tratamento das crianças", avalia o professor.

Ruddlesden explica que o trabalho realizado pelo comitê local é reportado ao governo central. Ele acompanha os trabalhos realizados em todo o país, analisa e encaminha ao legislativo as necessidades detectadas para que possa se fazer a legislação adequada, que vá ao comitê a fim de ser implementada. As pesquisas acadêmicas feitas pelas Universidades também são aproveitadas.

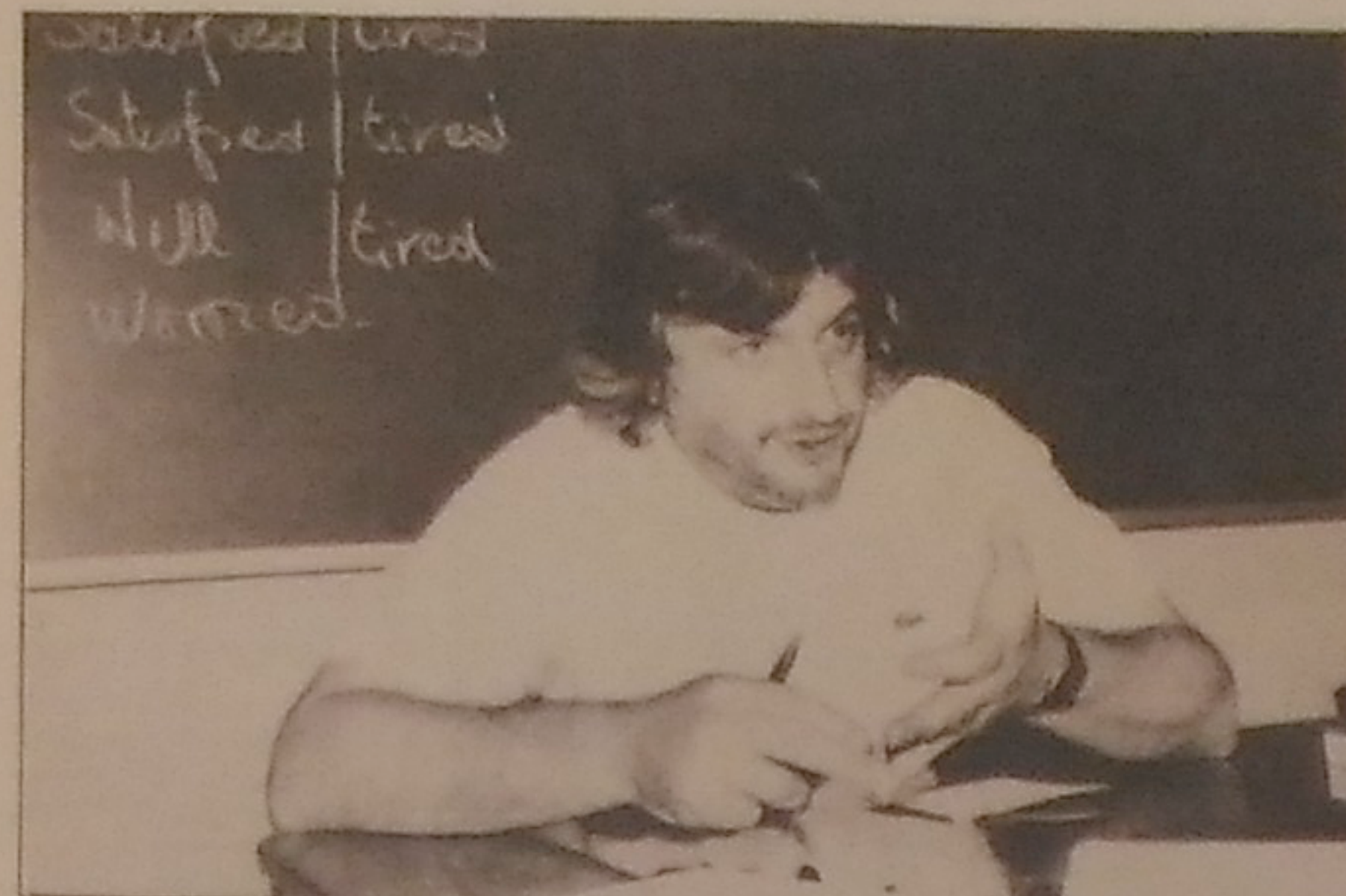
Os governos locais podem implantar a legislação de forma flexível para atender às peculiaridades regionais e a instituição. O diretor da Escola de Educação e do Adolescente da Criança e do Adolescente brasileiro, que é muito avançado. "O Children Act, entretanto, tem todos os artigos implementados."

Jornada sobre a infância

A 1ª Jornada Internacional sobre Infância e a Violência Doméstica, promovida pelo Laboratório de Estudos da Criança (Lacri) do Instituto de Psicologia da USP, do dia 23 até sexta, vai discutir um assunto constrangedor, mas que atinge todas as classes sociais e com maior número de vítimas (71%) na faixa de 0 a 1 ano.

A violência contra crianças e jovens não é uma questão de classe, raça ou idade. Abrange todo o espectro social. O perigo não está na rua, mas dentro de casa, porque os pais são responsáveis por 62,5% das agressões e as mães, por 25%, segundo estatísticas da professora Maria Amélia Azevedo, do Lacri.

Os meios usados por agressores para consumir a violência fatal são negligência (12,7%), quedas (9,1%), violência física doméstica (3,7%), A esmagadura matricidário (1,8%) e a violência física e sexual (1,8%) empunham. O mais chocante dos dados que serão divulgados na 1ª Jornada é que 69,1% dos casos de morte ficam por esclarecer. Fases nítidas



Ruddlesden: todos no programa são responsáveis pelo bem estar da criança

ros se referem à pesquisa realizada em São Paulo e embora tenham sido atualizados pela professora Viviane de Azevedo Guerra, do Lacri, sofriam poucas alterações.

"Nós vamos participar da Jornada no mesmo nível dos professores estrangeiros convidados. Não vamos apenas ouvir, vamos expor nossa experiência e realidade" — explica a professora Maria Amélia, que está recebendo no evento o psicólogo Joachim de Paul Ochotorena, da Universidade do País Basco, o médico Antoni Martinez Roig, do Hospital del Mar de Barcelona/Espanha; Louis Ruddlesden, da UK School of Education, Kent, Inglaterra; e o advogado Mark Ellis, do National Center for Prosecution of Child Abuse, de Alexandria, Estados Unidos.

Falência da universidade

As universidades paulistas não

têm tratado o tema de forma adequada nem formaram profissionais competentes para enfrentar o problema da violência doméstica contra a criança. "É a falência da universidade", afirma Maria Amélia. O Lacri realizou uma pesquisa nas universidades paulistas constatando que das quinze mil teses elaboradas em 50 anos de produção acadêmica apenas vinte e duas abordam o tema da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Das vinte e duas, quinze tratam do assunto de forma periférica e apenas sete de modo específico.

Na abertura do encontro, que terá como tema a "Compreensão do Fenômeno da Violência Doméstica no Brasil e no Mundo", Maria Amélia de Azevedo falará sobre essa omissão das universidades, na formação de profissionais competentes — de todas as áreas — para enfrentar as situações reais do cotidiano. Ela

conta que o "ponto negro" desse assunto foi constatado por pesquisa feita no ano passado entre estudantes de primeiro e último ano para avaliar a compreensão que eles tinham sobre o incesto entre pai e filha.

O resultado mostrou que os estudantes levavam em conta apenas o grau de consanguinidade existente entre agressor e vítima, desconsiderando o fato quando a figura envolvida era padrasto ou tutor. Houve o caso de um aluno de Direito que respondeu que a opção dele dependeria de quem estivesse pagando a conta. Esse trabalho abrangeu alunos de Pedagogia, Ciências Sociais, Direito, Enfermagem, Odontologia da USP e Serviço Social da PUC.

A professora explica que a violência física e sexual contra a criança é de natureza "democrática" porque em casa onde há violência todos estão em perigo, mas o agressor geralmente tem uma vítima eleita, a mais velha. "Se ele é um pedófilo, quando a criança atinge uma idade que não o atraia mais, sua atenção se volta para outra mais nova."

"Essa violência é recorrente, pois — ao contrário do que ocorre nas ruas — ela se volta sempre contra a mesma pessoa. Se o agressor não for denunciado, a vítima pode continuar sendo atacada durante anos."

Até contra o "psicólogo"

A Jornada faz parte do Telecurso de Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, que é um projeto pioneiro do Lacri, que começou no ano passado e já reúne cerca de 400 alunos (120 no primeiro e 280 no segundo, que já é nacional). A principal característica do telecurso (que dura ao todo 360 horas) é a educação continuada, permanente e a distância, realizada em 320 horas. As 40 horas restantes são destinadas ao sistema tradicional, com a presença dos alunos em cursos ou, como neste caso, na jornada internacional.

O curso é destinado à formação de profissionais de nível universitário — médicos, advogados, psicólogos, enfermeiros, pedagogos, assistentes sociais que atuam em conselhos tutelares, varas de Justiça da Infância e Juventude, secretarias de Estado, prefeituras e hospitais — para enfrentar as questões da violência.

A professora explica que até mesmo o tapa "do delírio" na pedagogia familiar é prejudicial. "A criança deve aprender com palavras e atitudes de compreensão e respeito", afirma. "Se queremos um mundo não-violento, devemos começar voltando as famílias para a violência." O Lacri encaminha ao Unesco uma proposta para um seminário "para uma pedagogia não-violenta".

Quatro cursos fazem pré-jornada sobre violência

A 1ª Jornada Internacional — que é a parte do Telecurso de Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes — foi dividida em dois partes. A pré-jornada começa nesta segunda-feira às 9h no Auditório Vermelho da Escola Politécnica. A Jornada propriamente dita será realizada no Memorial da América Latina, a partir de quarta-feira (25).

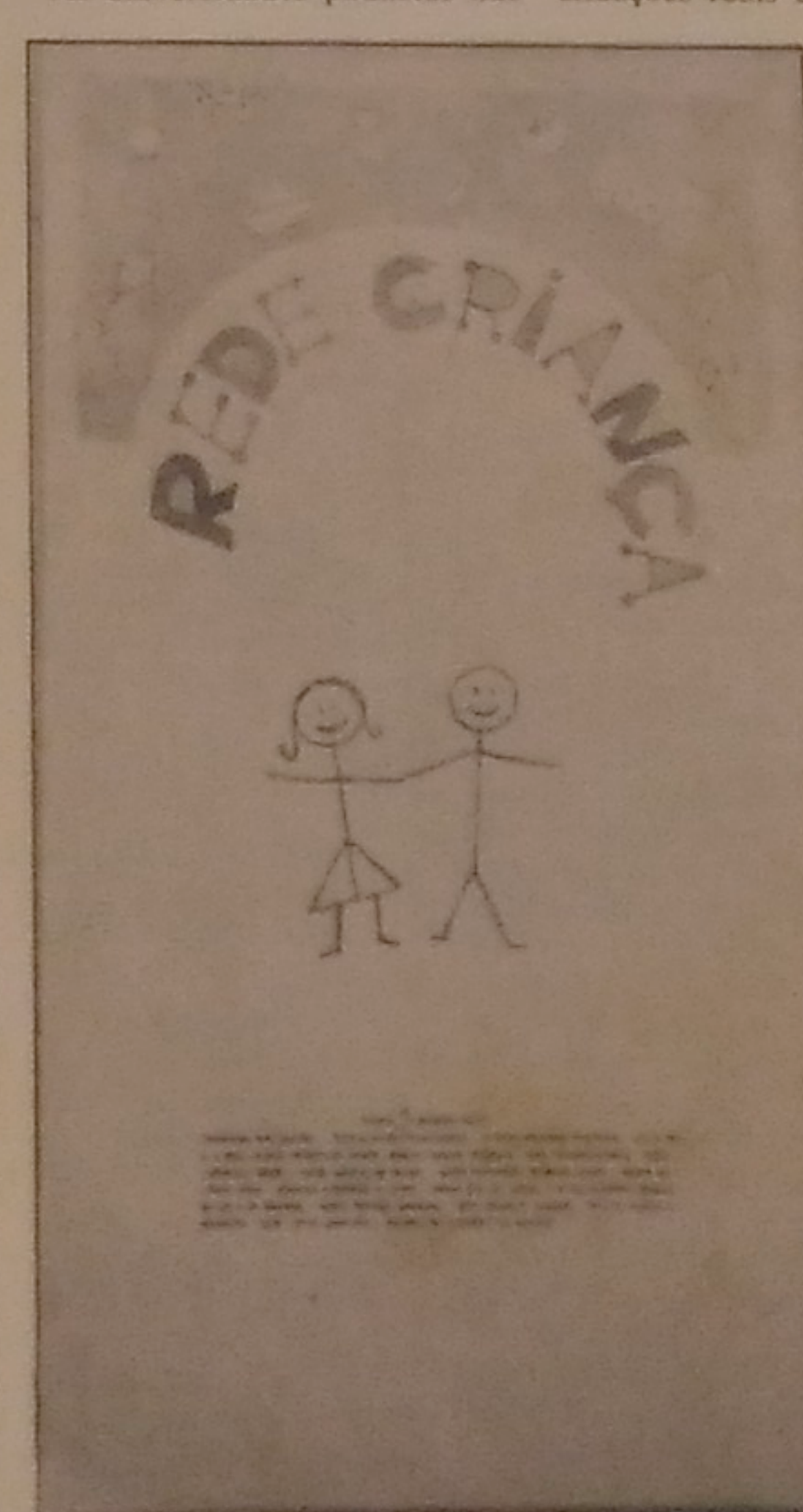
A pré-jornada terá quatro cursos. No área da Saúde, o tema "O papel dos profissionais médicos-pediatras na intervenção e prevenção da violência doméstica contra adolescentes", que será abordado pelo pediatra Antoni Martinez Roig. Na área da Psicologia, o tema do psicólogo Joachim de Paul Ochotorena será "O papel dos educadores e dos serviços de psicologia na intervenção, prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes".

O assistente social Louis Ruddlesden tratará, na área de Serviço Social, da "Violência doméstica contra crianças e adolescentes e estradas na família e no trabalho". O advogado Mark Ellis vai falar sobre "Violência doméstica contra crianças e adolescentes e criminalização das agressões".

As conclusões dos quatro cursos serão apresentadas no plenário da Jornada, que será realizada no Memorial da América Latina, a partir de quarta-feira (25). Os professores Joachim Ochotorena e Maria Amélia Azevedo, o tanto, serão a vez dos professores Antoni Roig e Viviane N. de Azevedo Guerra (Lacri), que vão falar sobre "Os modelos de intervenção da violência doméstica no Brasil e no mundo".

No quinto dia, de manhã, os professores Joachim Ochotorena, Louis Ruddlesden e Mark Ellis vão falar sobre "Violência doméstica contra crianças e adolescentes: a violência doméstica em nível nacional e internacional". O programa terá sequência à tarde com os mesmos conteúdos estrangeiros e a professora Myrian Gomes de Silva, chefe de Planejamento da Secretaria Especial da Criança, Família e Bem-estar Social.

No último dia, o advogado Mark Ellis vai falar sobre "Violência doméstica: a violência doméstica em nível nacional e internacional". O programa terá sequência à tarde com os mesmos conteúdos estrangeiros e a professora Myrian Gomes de Silva, chefe de Planejamento da Secretaria Especial da Criança, Família e Bem-estar Social. No último dia, o advogado Mark Ellis vai falar sobre "Violência doméstica: a violência doméstica em nível nacional e internacional". O programa terá sequência à tarde com os mesmos conteúdos estrangeiros e a professora Myrian Gomes de Silva, chefe de Planejamento da Secretaria Especial da Criança, Família e Bem-estar Social.



Cortes feito pelos estudantes de Ribeirão Preto